PRESENÇA INDÍGENA NO FACEBOOK E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

Naine Terena de Jesus*
Katia Morosov Al onso**
Cristiano Maciel***

Resumo: Este artigo apresenta um breve levantamento sobre a presença indígena na internet, em especial na rede social Facebook, a fim de verificar como se dá a autorrepresentação e a construção das narrativas indígenas nesse ambiente, onde optou-se por delimitar o escopo de pesquisa à observação dos perfis de instituições indígenas de Mato Grosso que tragam a representatividade de comunidades/aldeias.

Palavras-chaves: povos indígenas, internet, cultura, tecnologias.

Indigenous presence on Facebook and construction of narratives

Abstract: This article presents a brief survey of the indigenous presence on the Internet, especially on Facebook, where we focus on the profiles of indigenous institutions, to see how they are building narratives through profiles in this social network in order to check how is the self representation and the construction of indigenous image.

Keywords: indigenous peoples, internet, culture, technology.

Introdução

Vivenciamos um momento em que a presença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) abrange o cotidiano das diferentes classes sociais e a utilização da internet já extravasou os limites geográficos, sociais e culturais.

As facilidades de acesso têm aumentado o fluxo de pessoas na rede e consequentemente promovido a digitalização dos discursos e a virtualização das nossas entidades, conforme explica Matuck (2011, p. 481). Essa explanação do autor, no caso deste artigo, contém elementos importantes para observar a construção das narrativas indígenas na rede Facebook, em crescimento acelerado com a transposição do discurso indígena para as redes sociais, locais, consideradas espaços abertos para a exposição de pensamentos. É nesse espaço que também buscamos ter uma visão geral quanto a afirmação da identidade indígena, visto a constante intenção de apagar ou silenciar a presença dos povos originários no país durante 515 anos de colonização.

Para essa observação, dedicamos alguns meses para o acompanhamento de perfis sociais, páginas e comunidades indígenas de Mato Grosso na rede social Facebook. So-

---

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutoranda em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso (Ufmg).

** Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (Ufmg). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

*** Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (Ufmg). Doutor em Ciência da Computação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

bre os indígenas desse estado, salienta-se que totalizam 45 povos, com idiomas diferenciados e que vivem em diferentes localidades no interior do estado. Algumas aldeias estão bastante próximas de cidades, e outras, são de difícil acesso, sendo separadas por rios e longas e precárias estradas de terra. Ainda que genérico, o conhecimento relativo à localização dessas aldeias fortaleceu o nosso interesse em relação à presença virtual dos indígenas na rede de computadores. A distância geográfica e territorial em que se encontram no momento os grupos indígenas não os impede de se manterem conectados (em alguns casos com acesso precário à rede mundial de computadores) e presentes no universo virtual. Ao romperem as limitações geográficas, eles ampliam a possibilidade de expressão de pensamentos e de reivindicações para uma maior parcela da população.

O rompimento dos limites geográficos é um forte elemento do contexto global, que não exclui as comunidades indígenas, para as quais não existem mais fronteiras geográficas à expressão e pensamento. Na opinião de alguns teóricos, os indígenas podem estar em um lugar específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado e frequentar diferentes espaços, sem mover-se de seu *locus* (HALL, 2002) ou tornarem-se não presentes, no caso da virtualização de uma pessoa ou coletividade (LÉVI, 2005). Trata-se da possibilidade de alguém romper o tempo e o espaço e se autorrepresentar sem estar presente no local, ou em contato direto com as pessoas com quem se comunica.

Para além do deslocamento territorial virtual, essa nova conjuntura permite a criação de cybercontencimento (HENN, 2013), que se traduz na articulação de informações em redes públicas, que levam consigo a potencialidade do compartilhamento entre os povos indígena, vantajosamente, sem a mediação do jornalismo formal, cujas pautas quase sempre desprivilegiam os oprimidos para estar de acordo com a linha editorial adotada pelos meios de comunicação de massa.

Segundo Pereira (2011), o fortalecimento da presença indígena na rede mundial de computadores é recente, sendo os primeiros registros da participação indígena na internet datados de 2001. De lá para cá, as formas de comunicação na rede tornaram possível essa presença em blogs, comunidades virtuais, portais e, maciçamente, em redes sociais, a exemplo do Facebook, nosso objeto de investigação.

Para Matuk (2011, p.848), o contexto digital cria potencialidades linguísticas e identitárias que permitem aos seres humanos “experienciar, comunicar e representar em níveis até agora insuspeitos”. Refletindo sobre todo esse arcabouço de informações, iniciamos a pesquisa, objetivando compreender como os indígenas de Mato Grosso estão experienciando, comunicando e se autorrepresentando na rede Facebook. Nesse sen-

tido, podemos destacar como características preponderantes da autorrepresentação o foco na militância e os aspectos linguísticos diferenciados usados na comunicação via internet pelos indígenas do estado – textos bilíngues (escritos em português e na língua materna de cada povo).

À linguagem escrita unem-se outras manifestações indígenas (presença virtual, inserção de fotografias e vídeos) que, segundo Castells (2005), fazem parte de uma era que integra diferentes modalidades de expressão (escrita, oral e audiovisual), na qual a internet mudou de um espaço preponderantemente de pesquisa e consumo de informação para um ambiente de comunicação com maior troca de informações e publicações.

O que antes era produzido por profissionais especializados agora está acessível ao cidadão, para que possa realizar a sua construção dos fatos, privilegiando a autorrepresentação, a apresentação do seu cotidiano e da vida de forma geral, focando aquilo que lhe convém como elemento divulgador de si mesmo e de situações em que esteja envolvido ou compreenda como importante a sua manifestação.

Metodologia

O acesso às informações sobre a presença indígena na rede mundial de computadores e a verificação dos tipos de conteúdos produzidos por esses indivíduos foram realizados por meio de buscadores da internet, páginas de instituições indigenistas, rede social Facebook e informações de indígenas constantes na rede virtual de contatos destas pesquisadoras. Do resultado da filtragem dos dados coletados nessa pesquisa, fez-se a escolha do tema que deu origem a este artigo: tratar a presença de comunidades indígenas na rede social Facebook, por meio de perfis, grupos, páginas e comunidades.

A título de esclarecimento, vale apresentar a diferença entre as páginas, grupos e perfil no Facebook:

os usuários do Facebook podem interagir de diferentes formas. A mais básica – e mais usada – é por meio do próprio perfil pessoal, que permite conectar-se com amigos, parentes e outros contatos, além da troca de mensagens, arquivos e informações com eles.

A rede social, entretanto, apresenta mecanismos mais específicos, que podem funcionar melhor de acordo com o tipo de comunicação que você procura. Por exemplo, uma figura pública certamente terá mais de cinco mil membros que desejam acompanhar as suas publicações, sendo mais funcional a criação de uma Página para que as pessoas possam segui-la. Já para reunir usuários do Facebook que, não são necessariamente amigos, mas querem discutir sobre um assunto de for-

ma mais privada, os Grupos podem ser uma boa saída (KURTZ, J. TECHTUDO. *Entenda a diferença entre Páginas e Grupos do Facebook*. Publicado em: 11 jun. 2013, 15h00. Atualizado em 11/06/2013, 15h00 [disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/06/entenda-diferenca-entre-paginas-e-grupos-do-facebook.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015]).

É também oportuna a definição de páginas de comunidades, conforme excerto a seguir:

uma Página de comunidade trata de uma organização, celebridade ou tema, mas não representa oficialmente o assunto. A Página de comunidade tem um rótulo abaixo do nome para identificá-la como tal, além de links para a Página oficial do assunto (CENTRAL DE AJUDA. O que é uma Página de comunidade? *Facebook*. 20 dez.2014 [disponível em: <<https://www.facebook.com/help/187301611320854>>. Acesso em: 20 jun. 2015]).

Para otimizar o trabalho de análise das informações que obtivemos na fase de levantamento no Facebook, privilegiamos a observação de perfis, páginas e grupos representativos de instituições ou comunidades indígenas, dispensando da análise os perfis individuais.¹

Com os resultados da pesquisa realizada na internet, montamos a tabela abaixo para facilitar a verificação dos conteúdos. Tendo em mãos uma seleção de páginas, grupos e perfis de instituições indígenas, realizamos o acompanhamento de cinco delas, observando a linguagem utilizada (texto e imagens) e a construção das narrativas sobre os povos (ou temáticas) que representam.

Levantamento de associações/comunidades indígenas no Facebook – outubro de 2014

Associações/comunidades indígenas de MT no Facebook			
POVO	ENDEREÇO NA INTERNET	“Dono” da página	POVO
T.I. Kayabi: História indígena e resistência no baixo Teles Pires (MT/ PA)	Militância para o rio Teles Pires https://www.facebook.com/pages/TI-Kayabi-Hist%C3%B3ria-ind%C3%ADgena-e-resist%C3%Aancia-no-baixo-Teles-Pires-MT-PA/171371072989484	Não identificado	Kayabi
Centros de Memória Indígena Manoki	Página que divulga ações do Povo Manoki https://www.facebook.com/Pontodecultura.manoki1	Não identificado	Manoki
Grupo Dança Indígena Manoki	Divulgação do Grupo https://www.facebook.com/pages/Grupo-de-Dan%C3%A7a-Ind%C3%ADgena-Manoki/258192250884749	Não identificado	Manoki
Associação Watoholi	Página de divulgação da associação https://www.facebook.com/pages/Associa%C3%A7%C3%A3o-Watoholi/131311723693838	Não identificado	Manoki
Ipeax Xingu	https://www.facebook.com/ipeax.xingu2/about	Não identificado	Xingua-

		/ Canarana	nos
Art of the amazon indian collection- Coleccion de arte plumaria indígena	https://www.facebook.com/pages/Art-of-the-amazon-indian-collection-Coleccion-de-arte-plumaria-indigena/264656093716349?fref=photo	Não identificado	Vários
Umutina-Balatiponé e CIA limitada	Página de divulgação do povo Umutina https://www.facebook.com/groups/336337826444505/?fref=ts	Coletivo indígena	Umutina
Associação Terra Indígena Xingu - ATIX	Mais abrangente das associações do Parque Indígena do Xingu, a ATIX é uma organização de referência que organiza e mobiliza as diferentes etnias. A página apresenta o dia a dia da associação e seus projetos. Promove venda de artesanato. https://www.facebook.com/atixxingu?fref=ts	Coletivo indígena	
Aldeia Bakalana		Aldeia Bakalana / coletivo indígena	Umutina
Associação Indígena Kisendje	https://www.facebook.com/pages/Associa%C3%A7%C3%A3o-Ind%C3%ADgena-Kisendje/415658818617834		
Associação Yamarikumã das Mulheres Xinguanas	https://www.facebook.com/profile.php?id=100006318137196&sk=about	Coletivo mulheres xinguanas	Vários

Como suporte teórico, recorreremos a autores que tratam do ciberespaço, narrativas, democratização da rede mundial de computadores, entre outros temas que envolvem a presença virtual e já citados na introdução do texto. A respeito da internet, Matuk (2011) assinala que se trata de um espaço de fala para grupos tradicionalmente excluídos, onde estes podem articular suas vozes e serem ouvidos. O autor afirma que esses cibercidadãos adquirem o potencial de recriarem tanto o espaço real como o espaço virtual que ocupam, justificando que é nele que surgem as possibilidades de produção e sustentação de narrativas identitárias, de pontos de vista e de articulações políticas. Ademais, "o ambiente virtual torna possível uma melhor negociação das identidades da vida real" (MATUK, 2011, p.488).

Sob essa ótica pode-se dizer que as minorias encontraram nas redes sociais o espaço que necessitam para se posicionar e colocar informações que dificilmente seriam veiculadas nos meios da comunicação tradicional e de massa – isso se dá porque os veículos ligados à comunicação tradicional quase sempre estão a serviço de interesses colonialistas e preterem a investigação das fontes e informações neutras.

A necessidade de se inteirar sobre esses e outros temas que envolvem a cultura indígena tem obrigado os povos originários a compreender e manipular cada vez mais as tecnologias de comunicação e informação e a melhorar o acesso à informação por meio deles. Para Matuck (2011), essa necessidade caracteriza-se como a indispensável alfabe-

tização digital que propicia, no futuro imediato, uma maior abertura para questões: de articulação política, de presença social, de proposição cultural, de inovação estética, de ordenação jurídica, de criação identitária. Além disso, ressalta que será preciso uma estrutura forte para que se possa atuar politicamente e projetar a voz na dimensão virtual, de forma correta, sabendo prever as crises diante de proposições e denúncias.

Essa intensa presença leva-nos a pensar sobre o modo como as tecnologias têm afetado a educação indígena – aquela recebida no seio das comunidades – e a forma como este contato estaria mudando as relações com rituais e modos de vida de cada etnia, sugerindo que tais povos estariam passando pelo processo de assimilação, hibridação, homogeneização ou ainda, se podemos assim dizer, de globalização.

Os cenários apresentados como catastróficos para a cultura indígena, segundo Hall (2002), deixam de ser a realidade, já que, mesmo havendo a tendência em direção à homogeneização global, existe a fascinação pela diferença e pela mercantilização da etnia e da alteridade – assunto que merece ser debatido, mas que, pela sua envergadura, extrapola os limites deste artigo.

A apropriação das redes para a afirmação da identidade étnica abre espaço para a percepção de sujeitos que buscam paralelamente reafirmar sua origem/localidade, engajar-se em ferramentas externas (a rede de computadores) e interagir com a identificação global, por meio da linguagem e das plataformas que estão à disposição. Nesse sentido, Hall não desqualifica o sujeito que promove essa transição entre a identidade global com a local, pois afirma que

as sociedades de periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais, e agora, mais do que nunca. A ideia de que esses são lugares fechados – etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade – é uma fantasia ocidental sobre a alteridade: uma fantasia colonial sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como puros e de seus lugares exóticos apenas como intocados (HALL, 2002, p.79-80).

Das reflexões de Hall, podemos dizer que existe a reafirmação ou o ‘reforço’, como escreve o autor, da identidade local, como uma manifestação política contra o ‘racismo cultural’ e, no caso brasileiro, do desejo de tornar os indígenas cidadãos ‘civilizados’ e integrados à sociedade.² A afirmação da etnicidade indígena é uma forma de protesto e também de resistência, o que poderemos avistar no decorrer do texto.

O estigma do índio que não é índio se dissolve diante das informações apresentadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com base na Lei 6.001/73 (Estatuto do índio). A FUNAI diz que o sujeito no Brasil é considerado indígena em duas situações: a autoidentificação e o reconhecimento por parte de algum povo originário brasileiro, independentemente da localização em que está no momento.

Lê-se em Hall (2002) que existe uma possibilidade para o quadro que transita entre o retorno às raízes e a homogeneização: a tradução. Segundo o autor,

este conceito descreve aquelas formações de identidades que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. (HALL, 2002, p. 88)

Os indivíduos que se encontram na condição descrita no excerto acima, em particular os indígenas que se afastam de suas aldeias, precisam negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente se deixarem assimilar por elas e sem perder completamente suas identidades. Escreve Hall (2002, p.88): “elas carregam os traços culturais, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas”.

Narrativas na rede social Facebook: as páginas, grupos, comunidades e perfis

Reconhecer as narrativas construídas pelos utilizadores do Facebook, foi uma tarefa que ocupou algum tempo. Num período de pelo menos quatro meses, diariamente buscamos verificar como os alimentadores das páginas pertencentes a instituições indígenas se autorrepresentam na rede e quais tipos de informações utilizam para essa construção.

Avaliamos a frequência das postagens, a interatividade e as temáticas abordadas. No afunilamento de informações, seguimos o conteúdo da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), da T.I. Kayabi: História indígena e resistência no baixo Teles Pires (MT/PA), Aldeia Bakalana, Centro de Memória Indígena Manoki e a Associação Yamurikumã das Mulheres Xinguanas.

A Associação Terra Indígena Xingu (Atix) é uma organização não governamental que mantém uma página no Facebook, com a descrição de características próprias (origem, importância e forma de atuação):

a Associação Terra Indígena Xingu – ATIX foi fundada em 1994 segundo a decisão das lideranças Xinguanas, que reunidos no Posto Indígena Diauarum, resolveram criar sua própria organização indígena que representasse legalmente o interesse das comunidades do Parque Indígena do Xingu perante os órgãos públicos e privados, em busca de apoio para atender uma parte das necessidades das comunidades Xinguanas. A ATIX, desde a sua fundação, vem atuando na área de fiscalização da fronteira do PIX, transporte, saúde e educação, buscando também gerar alternativas econômicas para as comunidades como a venda de artesanato, mel e praticando através disso a valorização cultural dos povos Xinguanos (ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU – ATIX. Sobre Associação Terra Indígena Xingu - ATIX. *Facebook*. Data da Postagem [disponível em: <https://www.facebook.com/atixxingu/info?tab=page_info>. Acesso em: 01 mar. 2015).

No conjunto de características descritas na página, encontra-se também a missão da instituição, que é fortalecer os povos xinguanos por meio das atividades que envolvam o desenvolvimento econômico baseado no protagonismo. Além disso, são disponibilizadas as formas de contato e produtos comercializados pela associação. Na leitura da página verifica-se um grande número de curtidas, ultrapassando a marca de três mil. Também obtivemos a informação de que a Associação é composta somente por indígenas, sendo a alimentação da página uma função executada por eles próprios.

A princípio a construção da narrativa das postagens desta página baseia-se em visibilizar informações gerais relacionadas a questão indígena no país – hidrelétricas como Belo Monte e notícias sobre a questão ambiental, em especial as que se relacionam a diferentes reservas indígenas.

Outro foco das narrativas são as atividades culturais realizadas no Parque Nacional do Xingu e também as atividades da própria instituição (reuniões e capacitações), com o intuito de apresentar ao visitante a movimentação realizada pelos membros da associação. Nesta página nota-se a pequena produção de conteúdo próprio, a predominância de compartilhamentos das postagens originadas de outras páginas, a utilização de idiomas diferenciados e o diálogo entre os indígenas falantes desses idiomas.

Observou-se a preocupação com a atualização da página, em decorrência da frequência com que é alimentada, embora nem sempre o conteúdo escrito seja produzido pela própria Atix, mas informações compartilhadas de outras páginas/instituições. Os compartilhamentos e publicações seguem a linha temática citada acima, ressaltando sempre as ações realizadas nas terras xinguanas. As postagens autorais são aquelas que

se relacionam com as ações da própria Atix (reuniões, por exemplo), incluindo o registro fotográfico dos momentos a que o texto se refere.

O que chama a atenção na leitura desta página, como já citado, é o contraste entre a pouca quantidade de texto escrito (autoral) e a interação por meio de muitas fotografias.³ A aba fotos contém uma série de pastas organizadas por temáticas e imagens atualizadas.

Foi o ponto alto da narrativa construída pela Atix a observação da mobilização da Associação e dos povos xinguanos no seu cotidiano por meio das imagens. Com as fotografias vemos a maior interatividade entre os próprios indígenas, o que auxilia a verificar com mais profundidade as narrativas que os representam na página da Associação: momentos de reuniões, eventos rituais, produção artesanal, participação em eventos, muitas cores usadas nas pinturas corporais e elementos que trazem a marca da identidade xinguaana. O ícone maior, o Cacique Raoni, está presente em várias imagens, sendo sempre exaltado por sua importância no cenário indígena.

A expressão de força, de identidade indígena e de representatividade que as fotos sugerem são complementadas pelos comentários dos visitantes. Observamos muitos deles reafirmarem-se como indígenas nos comentários, chamarem atenção para os acontecimentos registrados e realizarem protestos contra a forma como os povos indígenas estão sendo tratados.

São as fotografias que permitem detectar o ciberacontecimento que a Atix está narrando. Isso ocorre porque, segundo Baccin (2013), “a cultura da convergência promove a autoria participativa, um processo mais inclusivo, e fazendo com que a informação flua em diversos canais e em múltiplas direções”. Esta autora também afirma que:

o acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. Se ele só existe em um discurso, depende do olhar do sujeito que vai narrá-lo, por isso nunca é transmitido à instância da recepção tal e qual surge, pois quando um acontecimento é descrito/narrado em uma notícia, esta é objeto de um tratamento discursivo (BACCIN, 2013, 05).

Dessa forma, constata-se que a narrativa construída pela Atix por meio de sua página e em especial pelos álbuns de fotos é, usando as palavras de Henn (2013), uma “fragmentação do real, [pois] constrói-se um real, a partir da seleção de acontecimentos que serão noticiados” pela página, de acordo com o que os propagadores das informa-

ções pretendem representar, e que dispensa a presença do profissional de jornalismo, abrindo espaço para a construção do indivíduo/coletivo.

A comunidade da “T.I. Kayabi: História indígena e resistência no baixo Teles Pires (MT/PA)”, por sua vez, tem um forte apelo político e de militância, com a presença de conteúdo próprio. Quanto à descrição, a página não traz informações sobre sua criação e manutenção e mantém uma média de 400 curtidas. A atualização mais recente aconteceu em abril de 2015 e o foco da narrativa é a conscientização sobre os malefícios das hidrelétricas (em especial a hidrelétrica do rio Teles Pires que está sendo construída acerca de 500 metros das reservas indígenas) para a sociedade (indígena e não indígena).

O interessante desta página é que a narrativa não apela para os aspectos culturais dos povos indígenas que estão próximos à obra da usina, preferindo ressaltar a importância da preservação ambiental e o desastre ecológico e social que a obra levará para os viventes da região. Os povos Apyacás, Munduruku e Kayabi estão nas mediações da obra e, segundo as postagens, serão diretamente afetados pela implementação de uma série de barragens e hidrelétricas no rio, principal fonte de sobrevivência das comunidades que vivem na divisa entre Mato Grosso e Pará.

Não conseguimos identificar os criadores da comunidade para verificar se são indígenas deste território. Essa informação seria importante para cruzar os dados obtidos nas outras páginas e grupos, e subsidiar a reflexão sobre o uso de temas em comum em grande parte das postagens, porém com enfoques diferentes.

Ainda sobre a comunidade T.I Kayabi, observamos a temporalidade das postagens. Muitas delas foram escritas nos anos de 2012 e 2013, tendo uma interrupção no primeiro semestre de 2014 e retomando de forma menos frequente entre o segundo semestre de 2014 e o ano de 2015.

Em termos de iconografias, a sessão fotos traz um grande número de imagens aéreas da região, como mapas, com o intuito de apresentar ao leitor uma visão ampla do território e a dimensão da obra. Esse foi um dos aspectos mais importantes que detectamos na construção de narrativas: priorizou-se a possibilidade visual para se entender o impacto da obra nas comunidades a ela adjacentes.

A apropriação dos mapas e imagens geradas por satélites (não identificadas as agências geradoras) demonstra o acesso ao que Matuck apresenta como o domínio das tecnologias e do conhecimento científico e principalmente como poder político.

No século XVI, os europeus detinham a tecnologia que possibilitava a delimitação de fronteiras, a execução de mapas e puderam, utilizando-se desses e de outros meios, estabelecer domínio territorial e cultural sobre os povos indígenas das Américas. Atualmente, sensores localizados em satélites observam o solo de todo o globo terrestre em vários graus de profundidade e detalhamento, proporcionando mapeamentos precisos, disponibilizando informações valiosas do ponto de vista político e estratégico para os detentores dessas tecnologias (MATUCK, 2011,483).

Esse poder, que foi e é utilizado para estabelecer o domínio territorial e cultural, também tem sido utilizado para apresentar as consequências das investidas nas áreas indígenas, como apresenta a comunidade T.I Kayabi. Ao postar os mapas, imagens de satélites e fotografias aéreas, fazem uma autorrepresentação digital no ciberespaço, tomando esses "instrumentos utilizados originalmente para a dominação territorial, como propagadores de seu direito de expressão e articulação das identidades e representação sociocultural" (MATUCK, 489: 2011).

Constatamos nesta página o que disse Jenkins (2008) sobre a narrativa do acontecimento. Segundo o autor, ela é constituída pelos atores sociais que intervêm e interagem em diversas plataformas convergentes. Primo (2005) ressalta que nessas interações os indivíduos reúnem-se em torno de contínuas problematizações, um encontro caracterizado por relações interdependentes e “processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento” (PRIMO, 2011, p. 57).

Esses acontecimentos, como é o caso da PEC 215 ou da hidrelétrica e barragem no Teles Pires, necessitam de um discurso que é construído com base na seleção de informações impactantes que os temas agregam, o que promove a interação do público leitor para o apoio à causa apresentada pela comunidade.

Em se tratando do Centro de Memória Indígena Manoki, vimos que possui um perfil (e não uma página) que é atualizado constantemente. O conteúdo do perfil não só partilha informações de militância como traz informações sobre o povo Manoki de diferentes aldeias (aspectos culturais, curiosidades, informes, eventos). Embora apresente o povo, não se pode dizer que é uma página oficial⁴ dos Manoki, pois não conseguimos identificar a origem das postagens. No perfil, encontramos um grande número de postagens remetendo à temática indígena, com textos que foram produzidos por outras pessoas. Claramente a página aborda o povo Manoki e seu cotidiano, apresentando 1.571 amigos e pouca interação nas postagens.

As postagens trazem textos curtos, com caráter informativo sobre diferentes momentos do povo Manoki (de Festa Junina a jogos esportivos na cidade), sempre apresentando um visual moderno, em especial na divulgação dos eventos internos, que conta com imagens. Essa característica das postagens nos leva a pensar *a priori* que a intenção é apresentar a dinâmica das relações estabelecidas pelos Manoki, dentro e fora das aldeias.

Como no caso da Associação Atix, o perfil do Centro de Memória Manoki também traz um acervo fotográfico bastante expressivo, com pastas temáticas bem divididas e que contam diferentes histórias. Entre tais histórias destacam-se a beleza do patrimônio material, mediante diversas imagens de ornamentos, e o registro do patrimônio imaterial por meio de uma pasta que traz uma coletânea de imagens do batizado tradicional datado de 2013.

As fotos de dispositivos móveis são as mais atualizadas e nos dão a noção de como a mobilidade do dispositivo auxilia na produção de conteúdos e a reunir as peças, como escreve Jenkins:

estamos aprendendo a usar esse poder em nossas interações diárias dentro da cultura da convergência. Neste momento, estamos usando esse poder coletivo principalmente para fins recreativos, mas em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais “sérios”. (JENKINS, 2008, 30).

Jenkins refere-se também a reunir peças, associando os nossos recursos e habilidades em diferentes assuntos. A ponderação do autor, no contexto dos conteúdos examinados, é esclarecedora no que diz respeito às habilidades e aos recursos que os indígenas estão utilizando para a construção das narrativas na rede social Facebook: uma junção do conhecimento tradicional, científico e da atualidade, junto ao manuseio de tecnologias, formando um conjunto de aptidões capazes de criar um poder coletivo. No caso dos indígenas, esse poder já ultrapassa os fins recreativos, pois observa-se a construção de um pensamento voltado para as necessidades de preservação ambiental e cultural. Construção baseada no respeito aos direitos e no reconhecimento do indígena.

Como arremate do argumento em questão, podemos dar o exemplo da utilização do aparelho celular, por meio do qual “nossa vida, nossos relacionamentos, memórias, fantasias e desejos também fluem pelos canais de mídia. Ser amante, mãe ou professor ocorre em suportes múltiplos” (JENKINS, 45:2008), fazendo com que as pessoas assumam o controle das mídias.

Conforme foi antecipado, acompanhamos também o conteúdo da “Aldeia Bakalana”, pertencente ao povo Umutina. Os amigos e visitantes desta página podem conhecer um pouco mais do dia a dia desta aldeia, que está localizada no município de Barra do Bugres - MT. Os alimentadores da página deixam sempre evidente o pertencimento étnico e o orgulho de ser Umutina. Sob esse ponto de vista, as postagens quase sempre trazem incluem os temas: infância, educação Umutina, festas, residências e exuberante natureza. Adicionalmente fazem algumas investidas comerciais, como a divulgação e comercialização da pimenta, que já está sendo vendida para o mercado local.

Entre as informações extraídas da página estão o registro do total de curtidas (1.088) e a sua descrição: “Bakalana é uma Comunidade Indígena -MT. Significa Garça Branca na língua Umutina, é dado em homenagem a um Guerreiro Umutina. No local vivem 13 Famílias com os seguintes sobrenomes (Ariabo, Calomezore, Enemare, Manepá, Soripá, Quezo, Teodoro e Torika)” (COMUNIDADE INDÍGENA BAKALANA. [comentário pessoal]. Facebook. 15 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComunidadeIndigenaBakalana/timeline>>. Acesso em: 20 jun. 2015).

A identificação da quantidade de moradores e os nomes das famílias são elementos interessantes, pois demarcam o espaço e identificam seus moradores por meio dos sobrenomes. Dessa forma, o visitante pode deduzir que, na atualidade, as famílias Umutina têm uma identificação interna relacionada aos sobrenomes de família (o que corresponderia aos antigos clãs).

Além das informações acima enumeradas, a página também investe na informação sobre a cultura indígena, conforme vemos no texto desta postagem:

o que é ser criança na aldeia? Na maioria das comunidades indígenas as crianças aprendem desde cedo o princípio da UNIÃO, elas brincam muito e sempre em grupo, quanto maior o grupo melhor ainda, elas são LIVRES e são muito criativas. Amam quando aparecem algum animal novo pela aldeia como macaco, porco, aves é uma alegria e diversão pra elas. As crianças também aprendem a dança e canto, participam dos rituais e desde cedo aprendem a valorizar a cultura. Aqui sim é ser CRIANÇA. BOMMM DIA [sic] (COMUNIDADE INDÍGENA BAKALANA. [comentário pessoal]. Facebook. 15 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComunidadeIndigenaBakalana/timeline>>. Acesso em: 20 jun. 2015).

Publicada em dezembro de 2014, esta postagem traz duas fotografias de crianças brincando no interior da aldeia. As imagens narram como é a infância na aldeia Bakalana

na, a importância de se deixar ser criança e como essa fase tem grande influência na formação cultural das crianças indígenas.

Em uma postagem mais recente, do mês de abril de 2015, o cacique da aldeia faz uma saudação por conta do dia do índio: “apesar de estar num momento difícil, parabeniza cada um dos guerreiros que está à frente da batalha” (COMUNIDADE INDÍGENA BAKALANA. comentário pessoal]. Facebook. 15 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComunidadeIndigenaBakalana/timeline>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Num outro momento, vemos mais uma vez uma postagem com teor educativo, em que o tema é a diferença entre o pajé e o cacique:

youê que nunca entrou numa aldeia indígena não confunda ser Pajé e ser CACIQUE.

#CACIQUE: É um Grande líder maior dentro da Aldeia ele è o chefe político e experiente em manter o bom funcionamento e estrutura da aldeia è ele quem define as reuniões para um bom diálogo sempre orientando as bases, apontando soluções è ele quem resolve os conflitos e também define guerra.

#PAJÊ: o pajê ele tem um profundo conhecimento da cultura e religião do seu povo, conhece muito bem as ervas medicinais e atua como uma espécie de médico e curandeiro da aldeia e os rituais religiosos também são organizados pelo pajé. Uma boa tarde a todos (sic). (COMUNIDADE INDÍGENA BAKALANA. [comentário pessoal]. Facebook. 7 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComunidadeIndigenaBakalana/timeline>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

É nesse ‘ritmo’ que a narrativa da comunidade se constrói: hora informando o visitante sobre a temática indígena de forma geral, a fim de educá-lo para compreender o universo dos povos; hora levando-o a conhecer o interior da aldeia Bakalana e seus moradores, por meio de fotos e textos referentes ao território, com a intenção de mostrar a cultura Umutina, seu modo de vida e a resistência. A página é alimentada por moradores da aldeia com acesso restrito à internet (não há conexão nesta localidade).

Por fim, iremos apresentar a Associação Yamurikumã das mulheres Xinguanas. À primeira vista, já se pode perceber que é um perfil com forte cunho de valorização da presença feminina nas sociedades indígenas e não indígenas. Em sua descrição de trabalho, apresentam algumas tags, como eventos culturais, seminários, palestras, congressos, capacitação, feiras culturais, sustentabilidade, preservação da cultura indígena das mulheres xinguanas, encontros e outros.

A localidade de referência é o município de Canarana (no estado de Mato Grosso) e as áreas originárias dessas mulheres são pertencentes ao Parque Indígena do Xingu (também no Mato Grosso), que tem a reputação de promovedor da preservação e do fortalecimento da cultura indígena das mulheres do Xingu, bem como da garantia de autonomia e de protagonismo das mulheres xinguanas. Na foto da capa, vê-se um grupo de mulheres xinguanas dançando, e na foto do perfil há uma logomarca da Associação.

As postagens quase sempre são acompanhadas de comentários, demonstrando uma interação ativa, pois se verifica que os leitores não apenas curtem ou fazem a leitura do conteúdo, mas também auxiliam na construção das narrativas, respondendo, questionando e complementando informações.

Pelo teor das postagens, vemos a grande interação de indígenas e comentários escritos em idiomas indígenas. O protagonismo das mulheres xinguanas, tema do perfil em análise, presta-se a construir narrativas sobre as mulheres a partir de episódios e momentos que as envolvem. Num hipertexto que contempla fotografias e textos explicativos, o conteúdo vai levando ao público a presença e importância das mulheres xinguanas em diferentes contextos. Entre as postagens, a frase “somos Guerreiras yamurikumã enfrentamos dificuldades desafios, obstáculos, barreiras. Tudo isso nos faz aprender, crescer, fortalecer, unir cada vez mais” (Porto Aldeia Sobradinho, postagem de 7 de outubro de 2014) reflete a narrativa construída pela Associação com relação ao modo de ser das mulheres xinguanas.

Não foi possível obter o número de amigos que o perfil contém, mas detecta-se que agrada os frequentadores do Facebook, em razão da presença de comentários nas postagens. As postagens nos dão sinal de grande interação, pois praticamente todas contam com um comentário, um registro de presença e leitura do perfil.

Isso provavelmente se dá pelo que Lévi (2005) aponta como afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos: “seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas: a geografia, contingente, não é mais um ponto de partida, nem uma coerção. Apesar de não-presente, essa comunidade está repleta de paixões e de projetos, conflitos e de amizades”.

Destacam-se nas postagens as participações em eventos nacionais e internacionais relacionadas à questão de gênero; as reuniões de mulheres no Parque Nacional do Xingu, as iniciativas de fortalecimento das mulheres; e principalmente as mulheres xinguanas que, na maioria das fotos, aparecem ornamentadas e pintadas, transparecendo ser esta uma composição visual comum ao cotidiano delas.

De uma forma geral, as páginas mantêm uma característica estética associada ao povo ou à temática mulheres indígenas, que é expressa em fotografias, grafismos e frases de efeito.

Ao observarmos as quatro páginas, vemos que a construção das narrativas é baseada na reafirmação e no pertencimento indígenas, com forte apelo às problemáticas que os envolvem. Também não deixam de lado a vertente comercial, já que a sustentabilidade das comunidades é hoje um tema que tem sido pensado para a sobrevivência física dos povos originários, pois estes quase sempre não querem deixar o território tradicional e nem o seu sistema de vida nas aldeias para viver nas cidades.

Rapidamente vamos tratar do braço comercial dessas iniciativas, pois acreditamos que ele merece atenção por duas razões: pelo grande interesse que a cultura indígena desperta nos não indígenas e pela crescente presença indígena nas redes visando (também) a comercialização.

No que diz respeito à geração de renda e economia, tem-se observado nos últimos anos o crescimento do número de indígenas que praticam o empreendedorismo por meio do comércio virtual. Nota-se o intenso debate que tem se estabelecido quanto aos direitos intelectuais e coletivos sobre a produção indígena, principalmente porque a geração de renda baseia-se na comercialização de bens advindos do patrimônio material e imaterial desses povos. Esses patrimônios são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988, no artigo 216:

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (BRASIL. *Constituição* (1988). Brasília, DF, Senado, 1988).

Dessa forma, pode-se pensar nos direitos morais e patrimoniais dos povos indígenas, no que diz respeito a sua produção, seja ela de caráter coletivo ou individual, de origem material ou imaterial. Embora envolva um amplo debate, muitos indígenas ainda não têm acesso à legislação ou às normas que regem a comercialização de produtos, a exposição de imagens ou que podem de algum modo regular a geração de renda a partir

da cultura indígena. Por isso, tais indígenas caem em alguns erros e tornam-se alvo de exploradores e atravessadores de matérias-primas e de produtos de suas comunidades.

Fizemos esse adendo porque foi possível notar, nas páginas citadas aqui e nas demais pesquisadas durante o levantamento, o interesse e a articulação de vendas no ambiente virtual. Isso nos mostra que a virtualização da entidade indígena também tem alcançado o plano da sustentabilidade, fazendo com que esses povos criem novas formas de contato e esquemas comerciais, visando a geração de renda.

Por fim, como forma de sintetizar as informações obtidas nas quatro páginas visitadas no Facebook, fizemos um quadro com temáticas encontradas, se não em todas, pelo menos em duas delas:

Caracterização das publicações observadas

Militância	Postagens próprias ou compartilhamentos de postagens relacionadas a temáticas que afetam povos indígenas como a PEC 215, hidrelétricas e assassinatos.
Divulgação de eventos	De caráter informativo, leva ao público o que os povos indígenas têm realizado em termos de eventos: internos – postagens que apresentam um perfil de fortalecimento da cultura tradicional; e externos – postagens que visam a demonstrar como os indígenas estão em diálogo com outros indígenas e não indígenas de forma pacífica.
Congratulação	Cumprimentos, parabenizações, saudações em aniversários, conquistas (principalmente as acadêmicas) e situações que ressaltem a importância do pertencimento indígena.
Lamento	Publicações que expressam a tristeza relacionada a episódios que ferem o sentimento indígena/povo indígena e notícias de falecimento.
Mobilização	Publicações que têm o intuito de motivar o leitor a aderir a determinadas causas, geralmente relacionadas à questão ambiental, territorial ou de saúde. Essas publicações alcançam quase sempre grande número de compartilhamento, pois suas narrativas causam comoção.
Identidade	Geralmente presente nas fotografias e imagens, essas postagens são representativas da marca identitária dos povos, porque têm a intenção de apresentar aspectos do patrimônio material e imaterial, da beleza indígena, da beleza das aldeias, do modo de vida nas aldeias, entre outros assuntos que chamam a atenção do leitor pela peculiaridade/expressividade estética.

Considerações finais

Este artigo apresentou o resultado de um levantamento da presença de indígenas de Mato Grosso na rede social Facebook, com o intuito de observar como tem se dado a apropriação dessas tecnologias por esses povos e quais narrativas eles estão construindo no espaço virtual.

Para a análise, focamos perfis, páginas e comunidades de quatro coletivos indígenas (considerando coletivo o grupo constituído ou não, que de alguma forma traz a imagem coletiva de alguma aldeia ou povo indígena). Das observações e leituras teóricas podemos destacar alguns pontos como considerações importantes:

- A presença indígena nas tecnologias de comunicação e informação é mais uma alternativa que os indígenas apropriaram dos não indígenas, visando fortalecer sua presença e pertencimento étnico.
- Verificamos que as narrativas construídas no Facebook giram em torno do debate, divulgação e reafirmação da cultura indígena, além de fazer desta rede um espaço para a militância e para difusão de denúncias.
- O aumento da presença indígena no espaço virtual transforma esses mesmos espaços em meios de reafirmação identitária e cultural dos povos indígenas, e em instrumentos de promoção da sustentabilidade, por intermédio da apresentação dos elementos da cultura como produtos comercializáveis e passíveis de gerar renda.
- A distância territorial não se caracteriza como um problema para a relação estabelecida entre os indígenas e seu público-alvo, pois as tecnologias de comunicação e informação têm facilitado e rompido barreiras geográficas, facultando a comunicação entre indivíduos em diferentes lugares.
- Os visitantes das páginas, perfis e comunidades são atraídos pelas narrativas construídas pelos indígenas, em virtude da identificação com as temáticas e conteúdos postados para a constituição dessas narrativas.

Referências

BACCIN, Alciane Nolibos. 2015. Redes sociais e ciberacontecimento – a dinâmica do processo interacional. In: *Anais do 4º SIMPÓSIO DE CIBERJORNALISMO – Campo Grande, 2013* Disponível em: <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor4/files/2013/08/Alciane_Baccin.pdf>. Acesso em 3 mai.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. 2015. *Quais os critérios utilizados para a definição de indígena?* Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>>. Acesso em: 10 fev.

- CASTELLS, Manuel. 2005. *A galáxia da Internet – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- CHARAUDEAU, Patrick. 2006. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto.
- HALL, Stuart. 2002. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro-RJ: DP&A Editora. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.
- HENN, Ronaldo. 2013. O ciberacontecimento. In: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene. *Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais*. Florianópolis: Insular, p. 31-48.
- JENKINS, Henry. 2008. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.
- LÉVI, Pierre. 2005. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34. Tradução de Paulo Neves.
- MATUCK, Artur. 2011. Uma prospectiva política para um multiverso digivirtual: direitos humanos às tecnolinguagens. In: SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila (Org.). *Estéticas Tecnológicas - novos modos de sentir*. São Paulo, SP: Educ.
- MESQUITA, Claudia. 2003. Alargando as margens. In: MACHADO, A. (Org.). *Made in Brazil - três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Itaú Cultural.
- NICHOLS, Bill. 2005. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papyrus. Tradução Mônica Saddy Martins.
- PEREIRA, Eliete. 2008. *Cyborgues indígenas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília.
- PRIMO, Alex. 2013. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, Alex (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina.

Sites:

Dúvidas Facebook <https://www.facebook.com/help/187301611320854>, em 20 de junho de 2015.

Entenda diferença entre páginas e grupos Facebook. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2013/06/entenda-diferenca-entre-paginas-e-grupos-do-facebook.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Artigo recebido em: 01.04.2015

Aprovado em: 30.06.2015

---

¹ Os perfis sociais se apresentam em número bastante expressivo e neles seus proprietários se auto identificam como indígenas, inserindo cotidianamente informações visuais e textuais referentes à temática indígena.

² A integração dos povos indígenas à sociedade nacional permeou diferentes governos. Mesmo com a Constituição de 1988, que garante o direito de vida diferenciada aos povos indígenas, existem diferentes investidas com a intenção de descaracterizar o ‘ser indígena’ e, dessa forma, criar situações para que sua identidade étnica deixe de ser um dos principais pilares dos direitos constitucionais.

³ Apenas uma hipótese: como os povos indígenas se relacionam com mais facilidade com a oralidade e com o visual, a escrita em língua portuguesa tem pouca predominância sendo o instrumento fotografia preponderante, ou de maior facilidade para estabelecer um diálogo com o visitante.

⁴ Enquanto páginas oficiais consideramos aquelas que são representativas dos povos nelas retratados, ou que apresentam um grupo claro de alimentadores vinculados às comunidades.